

# “Ilhas de Valor” emprestou 10 milhões de euros a beneficiários que estão em insolvência ou com dívidas ao Estado

A empresa pública Ilhas de Valor concedeu apoios sob a forma de empréstimos reembolsáveis no montante de 9,6 milhões de euros, estando ainda por receber cerca de 7,1 milhões, sendo que cerca de 80% do saldo em dívida diz respeito a beneficiários que estão em situação de insolvência, PER, com dívidas ao Estado ou em incumprimento da obrigação da manutenção dos postos de trabalho.

O “Diário dos Açores” teve acesso aos dados de uma auditoria mandada efectuar pelo actual governo à empresa Ilhas de Valor, onde se concluiu que estão em curso 10 processos judiciais, reclamando um montante global de 1,2 milhões de euros.

Em 3 processos, no total de meio milhão de euros, a expectativa de recuperação é de apenas 8 mil euros (1%).

## Não foi feita análise de riscos aos beneficiários

Até à data não tinham sido registadas imparidades ou provisões associadas a estas dívidas, desconhecendo-se se os montantes em dívida estão mesmo comprometidos, não tendo sido, também, realizadas análises de risco aos beneficiários para aferir se os mesmos teriam capacidade financeira de reembolsar a Ilhas de Valor nas condições acordadas.

De acordo com o documento a que

*A actividade de golfe é a única receita da Ilhas de Valor, mas como é deficitária a diferença é paga com contratos-programa com o governo*



o nosso jornal teve acesso, a Ilhas de Valor constituiu 9 linhas de crédito para gerir, responsabilizando-se pelo pagamento da bonificação da taxa de juro e da comissão de garantia.

## Dívida de mais de 11 milhões de euros

No final de Abril de 2021 a Ilhas de

Valor tinha uma dívida de 11,8 milhões de euros, tendo, até à data, o serviço de dívida sido coberto pelo Contrato-Programa com o governo.

Entre 2016 e 2020, a Ilhas de Valor recebeu cerca de 15,9 milhões de euros da Região Autónoma dos Açores para financiar as diversas actividades que acompanha.

Fruto da natureza da sua activi-

dade, enquanto entidade gestora de linhas de crédito para apoio a empresas e promotora do desenvolvimento regional e empresarial, as receitas geradas pela empresa dizem essencialmente respeito à actividade do golfe, revela o documento, acrescentando que todas as restantes áreas não são geradoras de receita ou têm receitas imateriais, sendo financiadas através de verbas do Contrato-Programa.

## Golfe, hotéis, pousadas e incubadora : tudo deficitário

Como o golfe também é deficitário, a Ilhas de Valor financia o défice com os referidos contratos programa com o governo.

A Ilhas de Valor construiu dois hotéis, na Graciosa e nas Flores, que depois concessionou ao INATEL, que nunca pagou a concessão.

De acordo com a auditoria, em 2016, 2017 e 2018 a operação dos hotéis gerou um resultado líquido positivo, sendo expectável que a Ilhas de Valor recebesse 36 mil euros, mas os montantes não foram cobrados, uma vez que, apesar dos resultados positivos naqueles anos, os resultados líquidos acumulados desde 2009 continuavam negativos, tendo-se optado por não cobrar os valores em causa.

O mesmo padrão foi seguido com a concessão de Pousadas de Juventude e de uma Incubadora de Empresas.

## Mais um desleixo da República

# Conservatória do Registo Predial de P. Delgada esteve encerrada por falta de pessoal



A Conservatória do Registo Predial, Comercial e Automóvel de Ponta Delgada está encerrada por falta de funcionários e quem lá se dirige pode ler a seguinte mensagem deixada num cartaz à porta: “Encerrado hoje por falta de recursos humanos”.

As pessoas que necessitam de documentação da conservatória estavam, anteontem, incrédulas quando se confrontavam à porta do edifício nesta cidade, porque não tinham nenhuma informação prévia sobre o encerramento.

Em declarações à Antena 1, fonte sindical acusou a tutela de não responder positivamente às inúmeras queixas de falta de pessoal em muitas conservatórias, sendo que a de Ponta Delgada nunca substituiu os funcionários que se reformavam, originando aumento de trabalho, fora de horas, a outros funcionários, que entretanto terão adoecido. Já em janeiro des-

te ano tinha-se registado uma greve desta dos trabalhadores dos registos, que teve uma adesão de cerca de 65% no continente e nos Açores, e de 15% na Madeira, tendo encerrado cerca de 200 serviços, segundo dados do Sindicato Nacional dos Registos (SNR).

## Reabriu ontem

Entretanto, a Conservatória de P. Delgada reabriu ontem, com apenas dois funcionários.

Segundo dados do sindicato, há cerca de 120 a 130 saídas por ano por aposentação, sem compensação em novas entradas, e nas contas do SNR faltam cerca de 1.500 oficiais de registo no país, como é o caso de Ponta Delgada.

Em Setembro do ano passado a Ministra da Justiça esteve nos Açores, visitando os serviços de Registo em S. Jorge, Horta e Ponta Delgada e na al-

tura prometeu analisar os problemas de cada um dos serviços.

“Tinha que vir aqui, dizer de viva voz a estes profissionais a importância do trabalho que fazem”, declarou então a ministra da Justiça, Catarina Sarmento e Castro, mas o problema no serviço de Ponta Delgada não só se mantém como se agravou, levando ao respectivo encerramento por falta de pessoal.

O Ministério da Justiça diz que “desde maio, altura em que arrancou o Roteiro para a Justiça, mais de uma dezena de serviços de Registo já foram alvo deste trabalho de campo, permitindo definir prioridades de intervenção e mesmo obter resultados ao nível da renovação de equipamentos informáticos, da melhoria e reparação de instalações e da celebração de contratos interadministrativos para o reforço do atendimento com assistentes técnicos”.